



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

**Relatório de Administração 2021**

**Mensagem da Administração**

Ao longo de 2021, a pandemia seguiu produzindo impactos negativos nas atividades da Companhia. No início do ano, o surgimento da segunda onda afetou novas reservas e elevou pedidos de cancelamentos e reembolsos. Com o início da vacinação, em meados do ano, houve retomada gradual dos planos de viagens, em especial para destinos domésticos. Posteriormente, anúncios de menores restrições à entrada de viajantes, por países de grande potencial turístico, fomentaram aumento de interesse por viagens internacionais. No início de dezembro, a chegada da nova variante (Omicron), de maior taxa de transmissibilidade produziu nova desaceleração de vendas, em especial para destinos internacionais. No momento da divulgação desse relatório, a maior parte dos seus efeitos no destino parece ter já se dissipado, e novamente registramos, novamente, aumento de interesse de consumidores por viagens domésticas e internacionais. A Companhia permanece atenta aos desdobramentos da variante e acredita que os efeitos produzidos por ela sejam transitórios pois, a despeito da rápida disseminação, há sinais de estabilização ou declínio dos casos em alguns dos primeiros países acometidos por ela e também naqueles onde operamos. A retomada do setor deverá seguir impulsionada pela grande demanda reprimida. O índice de atividades turísticas, divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, mostrou em dezembro crescimento pelo 8º mês consecutivo, acumulando 21,1% no ano de 2021, o que é refletido na operação da CVC Corp no Brasil, que em 2021 embarcou 7,7 milhões de passageiros, 30% a mais que em 2020. O fortalecimento da CVC Corp, tanto em aspectos financeiros como operacionais, aliado ao ambiente mais benigno criam condições para assumirmos nosso papel de liderança no setor de turismo latino-americano. Estamos ingressando em um novo ciclo de crescimento, com importantes entregas de projetos em 2022 que visam melhorar o atendimento ao cliente e também a eficiência operacional, de forma a participar ainda mais de sua jornada de compras e da sua experiência com viagens. Em agosto concluímos nosso processo de capitalização da companhia, totalizando ingresso líquido de R\$ 806,6 milhões de capital próprio em 2021, os quais foram destinados à amortização de debêntures e reforço do capital de giro. A companhia encerrou o ano com dívida líquida de R\$ 322,9 milhões, menor patamar dos últimos 2 anos. Permanecemos otimistas com os prognósticos de 2022, entretanto atentos aos principais eventos macroeconômicos, políticos e geo-políticos, que incluem a recém iniciada guerra na Ucrânia. Impactos mais limitados da pandemia e a demanda reprimida terão papel central na recomposição gradativa da malha aérea e no aumento de passageiros embarcados em 2022. O turismo doméstico de Brasil e Argentina devem permanecer aquecidos, ao passo que viagens internacionais devem apresentar crescimento no transcurso do ano, sendo que ainda é prematuro tentar inferir os impactos relevantes da guerra na Ucrânia no nosso ambiente de negócios.

**Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao 4T21:** (As informações a seguir compararam período de 3 meses findo em 31/12/2021, identificado como "4T21"; período de 3 meses findo em 31/12/2020, identificado como "4T20". Os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 são identificados por "2021" e "2020", respectivamente.)

R\$ milhões	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Líquida	314,0	162,8	92,9%	825,9	624,8	32,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>314,0</b>	<b>162,8</b>	<b>92,9%</b>	<b>825,9</b>	<b>517,4</b>	<b>59,6%</b>
Despesas de Vendas	(64,8)	(44,3)	46,3%	(159,8)	(226,8)	-29,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(254,7)	(234,5)	8,6%	(801,0)	(712,6)	12,4%
Outras Despesas Operacionais	(29,9)	6,1	n.s.	(100,2)	(768,6)	-87,0%
<b>EBITDA</b>	<b>(35,4)</b>	<b>(109,9)</b>	<b>-67,8%</b>	<b>(235,1)</b>	<b>(1.190,6)</b>	<b>-80,3%</b>
Depreciação e amortização	(60,8)	(19,5)	n.s.	(208,6)	(212,6)	-1,9%
Resultado financeiro	(42,1)	(89,7)	-53,1%	(101,7)	(135,2)	-24,8%
Imposto de renda	(7,5)	611,6	n.s.	58,7	311,7	-81,2%
<b>Prejuízo</b>	<b>(145,8)</b>	<b>392,5</b>	<b>n.s.</b>	<b>(486,7)</b>	<b>(1.226,7)</b>	<b>-60,3%</b>

**Receita Líquida de Vendas e Lucro Bruto:** A Receita Líquida no 4T21 cresceu 92,9% em relação ao 4T20, em virtude, principalmente, do maior ticket médio em viagens domésticas (alta temporada), e incremento na demanda por viagens internacionais, sobretudo na Argentina, com consumidores possivelmente reagindo de forma antecipada a potenciais mudanças daquele país. No ano de 2021, a Receita Líquida foi 32,2% superior a 2020, impactada pelo aumento gradual das Reservas Embarcadas e do ticket médio ao longo do exercício.

**Despesas de Vendas e Perda estimada por valor recuperável:** As Despesas com Vendas da CVC Corp aumentaram em 46,3% no 4T21 frente ao 4T20 por consequência do aumento dos embarques das Reservas Consumidas na Argentina e no Brasil. No Brasil, o principal impacto foi o aumento da provisão e de processamento de cartões de crédito. Na comparação anual, houve, a redução de 29,5% nas Despesas de Vendas ante 2020, por menores despesas com marketing e também em decorrência de reversão de Provisões para Perda, em grande parte constituídas em 2020 em função da pandemia, devido a não materialização dos riscos esperados.

**Despesas Gerais e Administrativas:** As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 8,6% no 4T21 em comparação ao mesmo trimestre de 2020 por reajuste salarial decorrente de acordo sindical ('dissídio', em 10%), maiores despesas com TI e ausência da economia gerada pela redução de jornada de trabalho ocorrida no 3T21, parcialmente compensadas por reversão de parte da provisão de bônus. No ano, os fortalecimentos de diversas áreas, como Governança, Clientes e Tecnologia da Informação, contribuíram para o aumento de 12,4% ante 2020.

R\$ milhões	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
<b>EBITDA</b>	<b>(35,4)</b>	<b>(109,9)</b>	<b>-67,8%</b>	<b>(235,1)</b>	<b>(1.190,6)</b>	<b>-80,3%</b>
(+) Itens não recorrentes	(53,4)	(2,6)	n.s.	(46,1)	(777,4)	n.s.
(+) Fee do Boleto (Despesas Financeiras)	(9,1)	(5,3)	71,7%	(29,8)	(24,4)	22,1%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>8,9</b>	<b>(112,6)</b>	<b>-107,9%</b>	<b>(218,8)</b>	<b>(437,6)</b>	<b>-50,0%</b>

Efeitos não recorrentes R\$ milhões	4T21	4T20	2021	2020
Perdas Covid	-	6,2	-	(40,4)
Consultoria e Serviços	(55,5)	(4,4)	(75,9)	(4,4)
Outros	2,2	(4,4)	29,8	(9,4)
Impairment Intangíveis	-	-	-	(723,2)
<b>Impacto EBITDA</b>	<b>(53,4)</b>	<b>(2,6)</b>	<b>(46,1)</b>	<b>(777,4)</b>

**Depreciação e amortização:** As despesas com depreciação e amortização aumentaram de R\$ 19,4 milhões em 4T20 para R\$ 60,7 milhões em 4T21. Ao observar o ano de 2021, nota-se uma redução nas despesas de 1,9%, totalizando R\$ 208,6 milhões, que estão relacionados a amortizações das empresas adquiridas pela CVC Corp nos últimos anos, além de maiores investimentos em Tecnologia da Informação.

**Resultado Financeiro:** As despesas financeiras no 4T21 tiveram redução de 53,0% em relação ao 4T20, influenciadas pela variação do valor justo de opções e impacto positivo de variação cambial do exercício. No 4T20 tivemos despesa de waiver fee de aproximadamente R\$ 40,2 milhões em virtude da renegociação da dívida. Para o ano de 2021, é possível observar que ao mesmo tempo que Companhia teve maiores despesas com captação e serviços financeiros, também teve aumento nas aplicações financeiras, totalizando uma redução de 24,8% no resultado financeiro negativo apresentado em 2020.

**Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social no ano de 2021 totalizou um valor de R\$ 58,7 milhões frente a R\$ 311,7 em 2020. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social em 2021 foi de -10,8% frente a alíquota de -20,3 no último ano, dos quais, queda de 4 p.p. nas despesas não dedutíveis e aumento de 15,1 p.p. pelo aumento de tributos diferidos

não reconhecidos. **Lucro (Prejuízo) do Exercício:** Em 2021 o Prejuízo Líquido das operações segue demonstrando recuperação no resultado, já que apresentaram um prejuízo líquido de R\$ 486,7 milhões em oposição a R\$ 1.226,7 milhões em 2020. No 4T21, se nota um prejuízo líquido de R\$ 145,8 milhões frente a um lucro líquido de R\$ 392,5 no 4T20, visto que no 4T20 a Companhia foi impactada positivamente por R\$ 321,3 milhões referentes a imposto de renda e contribuição social referente em decorrência do resultado negativo de 2020.

**Comentários sobre as principais contas patrimoniais**

Consolidado   Ativo	2021	2020	Passivo & PL	2021	2020
Total Ativo Circulante	2.982,9	3.124,2	Total do Passivo Circulante	3.359,7	3.217,4
Total Ativo Não Circulante	1.974,2	1.972,4	Total do Passivo Não Circulante	1.222,2	1.821,6
			Total do Patrimônio Líquido	375,3	57,7
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.957,2</b>	<b>5.096,6</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.957,2</b>	<b>5.096,6</b>

O ativo circulante totalizou R\$ 2.982,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 frente ao saldo de R\$ 3.124,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de 4,5%, ou R\$ 141,3 milhões. Essa variação resultou, principalmente, da redução do montante registrado na rubrica adiantamento a fornecedor em R\$ 115,4 milhões menor que o valor contabilizado em 31 de dezembro de 2020, assim como a queda de R\$ 114,9 milhões na rubrica caixa e equivalentes de caixa. Como percentual do total do ativo, o ativo circulante representava 60,2% em 31 de dezembro de 2021 e 61,3% em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante totalizou R\$ 3.359,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação a um saldo de R\$ 3.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$ 142,3 milhões registrado foi ocasionado pelo aumento dos valores lançados em fornecedores e contratos a embarcar (juntos representam aumento de R\$ 296,5 milhões ou 42,4% de aumento em relação ao mesmo exercício comparativo). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 65,9% em 31 de dezembro de 2021 e 63,1% em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido, incluindo participação dos acionistas e não controladores foi de R\$ 375,3 milhões em comparação a um saldo de R\$ 57,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorre essencialmente da capitalização realizada em 31 de agosto de 2021 com a emissão de aproximadamente 23,8 milhões de novas ações ordinárias.

**Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestaram durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 serviços de consultoria associados a capitalização no montante total de R\$ 84 mil. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

**Declaração da Diretoria:** A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021.

**Agradecimentos:** A Administração da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas agradece aos Acionistas, Colaboradores, Franqueados, Clientes, Fornecedores, às instituições financeiras e a demais partes relacionadas, pela parceria, confiança, comprometimento e ao trabalho notável, que tem contribuído para a construção da nossa história. Santo André-SP, 15 de março de 2022.

A Administração

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	352.045	554.324	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	5.1.1	131.056	37.000	190.807	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	5.1.1	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes	7	812.093	845.480	1.092.874	1.147.724
Adiantamentos a fornecedores	8	593.272	691.672	714.181	829.619
Despesas antecipadas	9	32.159	23.985	37.482	29.192
Impostos a recuperar		44.254	71.550	107.987	125.657
Outras contas a receber		14.414	10.178	43.777	42.319
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.979.293</b>	<b>2.236.068</b>	<b>2.982.947</b>	<b>3.124.219</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	7	-	424	-	424
Contas a receber - partes relacionadas	20.1	134.143	772.622	-	-
Contas a receber aquisição investida - partes relacionadas	20.1	-	-	-	4.664
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	170	5.000	-	-
Despesas antecipadas	9	25.057	7.755	25.799	9.461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	433.620	377.492	654.741	596.207
Depósitos judiciais	16.2	92.949	77.981	99.720	87.613
Outras contas a receber		184	2.106	12.678	20.719
Investimentos	10	698.967	370.364	-	-
Ativo imobilizado		22.308	18.813	38.240	40.668
Ativo intangível	11	417.448	390.869	1.108.119	1.170.545
Direito de uso de arrendamento	15	18.835	21.939	34.945	42.072
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.843.681</b>	<b>2.045.365</b>	<b>1.974.242</b>	<b>1.972.373</b>

**Passivo e Patrimônio líquido**

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	14	218.646	353.554	218.646	353.554
Instrumentos financeiros derivativos	5.1.1	1.398	27.649	1.776	28.174
Fornecedores	12	315.381	310.908	671.444	491.772
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	20.1	17.190	40.226	27.494	40.226
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	21	1.656.804	1.613.372	2.112.446	1.995.629
Salários e encargos sociais		98.204	94.583	138.303	138.865
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	5.191	7.579
Impostos e contribuições a pagar		26.079	28.655	65.788	51.821
Contas a pagar de aquisição de controlada	18	4.040	4.076	4.040	4.076
Passivo de arrendamento	15	8.611	5.812	12.818	9.009
Outras contas a pagar		60.713	63.518	101.758	96.675
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.407.066</b>	<b>2.542.353</b>	<b>3.359.704</b>	<b>3.217.380</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos	13	-	425.624	-	425.624
Debêntures	14	771.418	729.187	771.418	729.187
Instrumentos financeiros derivativos	10	19.316	102.176	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	20.1	40.373	126.665	-	-
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	20.1	32.553	47.398	32.553	48.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	-	2.546
Impostos e contribuições a pagar		43.157	28.203	43.157	28.203
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	16	47.438	51.211	243.732	311.222
Contas a pagar de aquisição de controlada	18	64.542	62.077	64.542	62.077
Passivo de arrendamento	15	12.019	19.653	27.722	42.094
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	21	9.550	100.475	25.476	154.635
Outras contas a pagar		250	851	13.593	17.378
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.040.616</b>	<b>1.693.520</b>	<b>1.222.193</b>	<b>1.821.554</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19				
Capital social		1.371.723	960.868	1.371.723	960.868
Reservas de capital		478.712	69.864	478.712	69.864
Ágio em transações de capital		(183.846)	(169.391)	(183.846)	(169.391)
Outros resultados abrangentes		63.252	64.070	63.252	64.070
Ações em tesouraria		(122)	(1.767)	(122)	(1.767)
Prejuízos acumulados		(1.354.427)	(878.084)	(1.354.427)	(878.084)
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>375.292</b>	<b>45.560</b>	<b>375.292</b>	<b>45.560</b>
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	12.098
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>375.292</b>	<b>45.560</b>	<b>375.292</b>	<b>57.658</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.822.974</b>	<b>4.281.433</b>	<b>4.957.189</b>	<b>5.096.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Notas	Reserva de capital		Reservas de lucro		Outros resultados abrangentes			Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Ágio em transações de capital	Legal	Estatu-tárias	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados			Ajustes acumulados de conversão
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	663.236	76.814	(255.779)	30.079	288.464	(11.191)	-	(17.784)	779.196	
Aumento de capital com emissão de ações	18.1	303.485	-	-	-	-	-	303.485	303.485	
Gasto com emissão de ações	18.1	(5.853)	-	-	-	-	-	(5.853)	(5.853)	
Outorga de opções ações	18.3	-	(1.262)	-	-	-	-	(1.262)	(1.262)	
Exercício de opções através de alienação de ações em tesouraria	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	83.663	(83.663)	97.375	
Recompra de ações		-	-	-	-	(4.763)	-	(4.763)	(4.763)	
Reserva para aquisição de não controladores		-	-	86.388	-	-	-	-	86.388	
Hedge de fluxo de caixa	4.4	-	-	-	-	-	1.329	1.329	1.329	
Incentivo de longo prazo	18.3	-	(5.688)	-	-	-	-	8.499	8.499	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(1.196.627)	(1.196.627)	
Consumo de reserva de lucros pelo prejuízo do exercício		-	-	(30.079)	(288.464)	-	-	318.543	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	960.868	69.864	(169.391)	-	-	(1.767)	(878.084)	65.880	(1.810)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.





CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

saldos de caixas e equivalentes de caixa. (ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contatos a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 80% do valor da venda, onde são avaliados score de bureaus de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	190.807	37.000
Contas a receber de clientes	1.092.874	1.148.148
Outras contas a receber	54.806	58.073
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.879
<b>Total</b>	<b>2.134.326</b>	<b>2.155.929</b>

**5.1.3 Risco de liquidez:** A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Consolidado			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil
Fornecedores	382.723	288.721	-	671.444
Contas a pagar por aquisição de investida – partes relacionadas	-	73.556	16.325	89.881
Debêntures	13.928	326.816	885.314	1.226.058
Instrumentos financeiros derivativos	601	1.175	-	1.776
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	3.967	93.890	97.857
Passivo de arrendamento	4.593	13.778	33.460	51.831
Outras contas a pagar	-	99.812	13.257	113.069
<b>Total</b>	<b>401.845</b>	<b>807.825</b>	<b>1.042.246</b>	<b>2.251.916</b>

	Consolidado			
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Saldo contábil
Fornecedores	281.541	210.231	-	491.772
Contas a pagar por aquisição de investida – partes relacionadas	23.872	26.053	85.542	135.467
Empréstimos	4.773	20.793	478.549	504.115
Debêntures	110.776	288.338	863.002	1.262.116
Instrumentos financeiros derivativos	723	1.514	25.937	28.174
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	4.076	72.995	77.071
Passivo de arrendamento	4.335	13.005	28.052	45.392
Outras contas a pagar	-	95.868	16.245	112.113
<b>Total</b>	<b>426.200</b>	<b>659.878</b>	<b>1.570.322</b>	<b>2.656.220</b>

**5.2 Gestão de capital:** Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	990.064	1.082.741
Debêntures	-	(24.058)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	68.582	66.153
Contas a pagar – aquisição de controlada	-	-
Submarino Viagens	-	-
Contas a pagar – aquisição investidas	-	-
Grupo Duotur (a)	-	23.871
Viatrix Viagens e Turismo (a)	3.452	3.306
Visual Turismo	245	245
Ola	-	1.190
Camden	-	10.304
Esferatur	-	46.202
<b>(+) Dívida bruta</b>	<b>1.118.933</b>	<b>1.118.933</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(795.839)	(910.829)
<b>(=) Dívida líquida</b>	<b>323.094</b>	<b>208.104</b>
(+) Patrimônio líquido	375.292	57.658
<b>(=) Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>698.386</b>	<b>765.762</b>

a) Empresa incorporada à CVC Brasil.

**5.3 Hierarquia e classificação de valor justo:** Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nível	Classificação	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	352.045	554.324	352.045	554.324
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	131.056	37.000	131.056	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	812.093	845.904	812.093	845.904
Outras contas a receber		Custo amortizado	134.143	772.622	134.143	772.622
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>1.444.963</b>	<b>2.223.744</b>	<b>1.444.963</b>	<b>2.223.744</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos	2	VJR	-	425.624	-	425.624
Debêntures		Custo amortizado	990.064	1.082.741	1.008.464	1.088.604
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.398	27.649	1.398	27.649
Contas a pagar – partes relacionadas		Custo amortizado	315.381	310.908	315.381	310.908
Outras contas a receber		Custo amortizado	40.373	126.665	40.373	126.665
Contas a pagar aquisição de investida – partes relacionadas		Custo amortizado	49.743	87.624	49.743	87.624
Contas a pagar aquisição de controlada		Custo amortizado	58.582	66.153	58.582	66.153
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	20.630	25.465	20.630	25.465
Outras contas a pagar		Custo amortizado	58.963	62.874	58.963	62.874
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>1.545.134</b>	<b>2.215.703</b>	<b>1.563.534</b>	<b>2.221.566</b>

	Nível	Classificação	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	795.839	910.829	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	190.807	37.000	190.807	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	1.092.874	1.148.148	1.092.874	1.148.148
Outras contas a receber		Custo amortizado	54.806	58.073	54.806	58.073
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>2.134.326</b>	<b>2.155.929</b>	<b>2.134.326</b>	<b>2.155.929</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos	2	VJR	-	425.624	-	425.624
Debêntures		Custo amortizado	990.064	1.082.741	1.008.464	1.088.604
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.776	28.174	1.776	28.174
Fornecedores		Custo amortizado	671.444	491.772	671.444	491.772
Contas a pagar aquisição de investida – partes relacionadas		Custo amortizado	60.047	87.624	60.047	87.624
Contas a pagar – partes relacionadas – opção de venda	3	VJR	-	1.190	-	1.190
Contas a pagar aquisição de controlada		Custo amortizado	68.582	66.153	68.582	66.153
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	40.540	51.103	40.540	51.103
Outras contas a pagar		Custo amortizado	113.069	112.113	113.069	112.113
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>1.945.522</b>	<b>2.346.494</b>	<b>1.963.922</b>	<b>2.352.357</b>

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão. Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas: "Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas). • O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como empréstimos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela emissão de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazo semelhantes e remanescentes. 5.4 Instrumentos financeiros e derivativos: Em virtude das incertezas da perda de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para hedge accounting. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício. Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (non-deliverable forward – NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Derivativo	Posição	Contrato	31/12/2021		Moeda	Valor de referência	Valor justo
			Data da contratação	Data de vencimento			
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	USD	46.282	(665)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	EUR	33.933	(714)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	CAD	6.635	(225)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	GBP	11.864	(156)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	AUD	310	(16)
<b>Total</b>						<b>99.024</b>	<b>(1.776)</b>

Derivativo	Posição	Contrato	31/12/2020		Moeda	Valor de referência	Valor justo
			Data da contratação	Data de vencimento			
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	USD	31.955	(1.565)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	EUR	15.701	(370)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	CAD	5.875	(277)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	GBP	2.181	(22)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	AUD	1.072	(2)
<b>Total</b>						<b>56.784</b>	<b>(2.236)</b>

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

**Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente convertíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equivalentes de caixa	271.137	454.332	624.742	694.751
Caixa e contas bancárias em moeda local	6.602	10.390	12.219	21.459
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	45.081	50.053	74.581	123.027
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	16.895	21.038	19.737	25.271
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	51.800	20.272
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	12.330	18.511	12.760	26.049
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>352.045</b>	<b>554.324</b>	<b>795.839</b>	<b>910.829</b>

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa do certificado de depósito interbancário – CDI que em 31 de dezembro de 2021 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 9,15% (1,88% em 31 de dezembro de 2020).

**7 Contas a receber de clientes**

**Política contábil:** O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo geral apresentado no CPC 48/IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada fase de atraso durante todo o prazo das operações. O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Proveniente de vendas por meio de:				
Administradoras de cartões de crédito (a)	349.562	428.868	444.208	598.722
Contas a receber de títulos (b)	223.526	250.019	321.923	272.864
Financiamento próprio (c)	297.648	282.453	372.075	400.316
Outros	74.833	14.995	127.538	52.588
	945.569	976.335	1.265.744	1.324.488
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (c)	(133.276)	(130.431)	(172.870)	(176.340)
<b>Total</b>	<b>812.093</b>	<b>845.904</b>	<b>1.092.874</b>	<b>1.148.148</b>
Circulante	812.093	845.480	1.092.874	1.147.724
Não circulante	-	424	-	424

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito. (b) Contas a receber de títulos refere-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos integralmente para as instituições financeiras no momento da venda. (c) Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes. A perda nessa modalidade de financiamento os riscos não são transferidos e as perdas esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado, apenas para os casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, na rubrica "perda por redução ao valor recuperável de contas a receber. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 5.1.2) O aging do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	780.014	823.508	1.027.852	1.108.903
Títulos vencidos	-	-	-	-
Vencidos há menos de 30 dias	34.760	3.462	60.724	20.066
Vencidos há mais de 30 dias	130.595	149.365	177.168	195.519
<b>Total</b>	<b>945.369</b>	<b>976.335</b>	<b>1.265.744</b>	<b>1.324.488</b>

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>				
Adições	(60.716)	-	(60.716)	(91.632)
Perdas efetivadas	-	1.772	-	3,33
Varição cambial de conversão	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>				
Adições e reversões	(130.431)	-	(130.431)	(176.340)
Perdas efetivadas	(2.791)	-	(2.791)	1.835
Varição cambial de conversão	(54)	-	(54)	1.241
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>				



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Outros	Total do intangível	
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Acordo de não competição			
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	391.373	28.686	918.039	335.273	65.907	4.853	12.160	1.756.291
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2020	671.064	89.833	918.039	452.309	76.554	10.634	15.019	2.233.452
Adições	111.103	250	-	-	1.831	-	992	114.176
Transferências para o ativo imobilizado	524	-	-	-	-	-	(524)	-
Baixas	(60.519)	(56.450)	-	-	-	-	(497)	(117.466)
<i>Impairment</i>	(9.117)	-	(595.462)	(18.641)	(10.511)	-	-	(633.731)
Variação cambial conversão	114.053	-	59.257	15.482	27.727	-	4.449	220.968
31 de dezembro de 2020	827.108	33.633	381.834	449.150	95.601	10.634	19.439	1.817.399
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2020	(279.691)	(61.147)	-	(117.036)	(10.647)	(5.781)	(2.859)	(477.161)
Amortização	(109.511)	(9.099)	-	(49.548)	(9.239)	(2.517)	(2.936)	(182.850)
Baixas	49.293	42.829	-	-	-	-	72	92.194
Variação cambial de conversão	(71.174)	-	-	(4.660)	(2.030)	-	(1.173)	(79.037)
31 de dezembro de 2020	(411.083)	(27.417)	-	(171.244)	(21.916)	(8.298)	(6.896)	(646.854)
31 de dezembro de 2021	(416.025)	(6.216)	381.834	277.906	73.685	2.336	12.543	1.170.545
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2021	827.108	33.633	381.834	449.150	95.601	10.634	19.439	1.817.399
Adições	115.791	-	-	-	3.662	-	2.071	121.524
Baixas	(12.449)	(16.756)	-	-	(1)	-	(31.069)	(60.275)
Variação cambial de conversão	706	-	-	-	-	-	-	706
31 de dezembro de 2021	955.143	16.877	381.834	451.252	111.933	10.634	6.488	1.934.161
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2021	(411.083)	(27.417)	-	(171.244)	(21.916)	(8.298)	(6.896)	(646.854)
Amortização	(112.387)	(1.210)	-	(53.646)	(10.188)	(2.336)	(10.260)	(190.027)
Baixas	6.960	14.186	-	-	-	-	25.453	46.599
Variação cambial de conversão	(16.421)	-	-	(380)	(6.189)	-	(12.770)	(35.760)
31 de dezembro de 2021	(532.931)	(14.441)	-	(225.270)	(38.293)	(10.634)	(4.473)	(826.042)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	422.212	2.436	381.834	225.982	73.640	2.015	1.108.119	1.108.119

11.2 Unidade geradora de caixa (UGC) Em 31 de dezembro de 2021, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa das empresas do grupo CVC foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante o exercício de até dez anos, conforme abaixo:

UGC	País	Carrying amount	Valor em Uso	WACC
Read	Brasil	144.691	603.868	11,99%
Experimento	Brasil	(87.025)	25.778	11,99%
Visual	Brasil	13.402	25.755	11,99%
Trend	Brasil	51.867	867.818	11,99%
Eseratur	Brasil	189.923	302.341	11,99%
OLA	Argentina	(95.483)	92.441	15,97%
Avantrip/Biblos	Argentina	(11.357)	123.174	15,97%
Online (a)	Brasil e Argentina	240.525	514.501	(b)

(a) Compreende as unidades CVC.com, Almuendo e Submarino Viagens. (b) 11,99% para as empresas no Brasil e 15,97% para as empresas na Argentina. A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontadas para exercícios de 5 anos, tendo em vista que os planos de aquisição da Companhia são preparados por 5 anos, sendo os primeiros 2-3 anos de integração dos negócios e captura/estabilização de sinergias, considerando cenário de estabilidade macroeconômica. 11.3 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do valor em uso dá Read, Experimento, Visual, Trend, Eseratur, Ola, Avantrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii) e taxa de crescimento (iii); (i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas; (ii) A taxa de crescimento na perpetuidade foi fixada em 3,5% para as empresas no Brasil e para as empresas na Argentina; (iii) A taxa de desconto média do grupo é a mesma por região geográfica devido as premissas chaves de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC. 11.4 Análise de sensibilidade: Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para o cálculo de impairment.

Variação no fluxo de caixa descontado

	Taxa de desconto		
	Cenário Provável	de 1%	de 1%
Read	11,99%	536.091	689.892
Experimento	11,99%	21.522	31.215
Visual	11,99%	23.020	29.158
Trend	11,99%	774.532	986.115
Eseratur	11,99%	269.312	344.229
OLA	15,97%	84.852	101.436
Avantrip/Biblos	15,97%	112.120	136.319
Online (*)	(**)	474.086	563.358

(\*) Compreende as unidades CVC.com, Almuendo e Submarino Viagens (\*\*) 11,99% para as empresas no Brasil e 15,97% para as empresas na Argentina

12 Fornecedores

Política contábil: Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aéreo	44.311	54.053	93.194	74.096
Hotel	229.695	187.608	354.711	279.538
Marítimo	-	382	194	481
Instituições educacionais	104	210	104	210
Locadora de veículos	6.608	670	29.904	18.704
Fornecedores administrativos e gerais	34.663	67.985	193.337	118.743
<b>Total</b>	<b>315.381</b>	<b>310.908</b>	<b>671.444</b>	<b>491.772</b>

13 Empréstimos

Política contábil: Os saldos de empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado. O saldo dos empréstimos em moeda estrangeira, são mensurados pelo valor justo, que reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros, usando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado (conversão dos fluxos de caixas futuros em valor único). Os empréstimos apresentados em dezembro de 2020 foram liquidados em janeiro de 2021, com os recursos obtidos através da 5ª emissão de debêntures descritas na nota 14.

Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Controladora e consolidado	
						31/12/2020	31/12/2020
Citibank USD (a)	USD	CVC	Brasil	jun/23	LIBOR + 1,13% a.a.	-	404.606
Citibank USD (b)	USD	CVC	Brasil	dez/22	LIBOR + 1,13% a.a.	-	21.018
<b>Total</b>							<b>425.624</b>

(a) Em junho de 2020, a CVC repactuou o empréstimo junto ao Banco Citibank, com taxa de juros LIBOR + 1,13%, e pagamentos de juros e amortização parcial em 01 de junho de 2022 e 01 de junho de 2023. (b) Em março de 2020, a CVC tomou empréstimo junto ao Banco Citibank, com taxa de juros atualizada pela Libor 3M, acrescida da taxa prefixada de 1,13%, com pagamentos de juros trimestrais e amortização total em março de 2022.

14 Debêntures

Política contábil: Os saldos de debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado		31/12/2021
				Circulante	Não circulante	
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 6% a.a.	11.742	372.351	384.093
4ª emissão série 2	18/04/2019	22/04/2025	CDI + 6,5% a.a	6.648	202.950	209.598
5ª emissão	28/01/2021	01/06/2023	CDI + 3,75% a.a.	200.256	196.117	396.373
<b>Total</b>				<b>218.646</b>	<b>771.418</b>	<b>990.064</b>

2ª Emissão: Em 21 de novembro de 2017, o Grupo realizou a 2ª Emissão de 600.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, de valor unitário de R\$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R\$ 600.000, com as seguintes características e condições: a) Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente; b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture. Conforme descrito abaixo, os valores da 2ª Emissão de debêntures têm o seu vencimento antecipado em caso de aumento de capital até 28 de fevereiro de 2021 e, por isso, a Companhia fez a liquidação dessa Emissão com os recursos do exercício dos bônus de subscrição descritos na nota 19.1. 3ª Emissão: Em 13 de setembro de 2018, o Grupo realizou a 3ª Emissão de 200.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, de valor unitário de R\$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R\$ 200.000, com as seguintes características e condições: a) Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente; b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture. Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 parcelas, vencendo-se respectivamente, em 15 de março de 2021 e 13 de março de 2022. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 13 de março de 2019 e 13 de março de 2022 (veja detalhes da reestruturação da dívida no item de renegociação). Conforme descrito abaixo, os valores da 3ª Emissão de debêntures têm o seu vencimento antecipado em caso de aumento de capital até 30 de setembro de 2021 e, por isso, a Companhia fez a liquidação dessa Emissão com os recursos do aumento de capital descrito na nota 19.1. 4ª Emissão: Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições: a) Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente; b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture. Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª e 2ª série das debêntures será amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 22 de abril de 2025 (veja detalhes da reestruturação da dívida no item de renegociação). 5ª Emissão: Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Emissora decorrente de instrumentos celebrados entre a Emissora, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente. A emissão das debêntures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a 5ª (quinta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição o montante captado foi de R\$ 436.405 com vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive). Renegociação: Diante dos impactos advindos da COVID-19 sobre as operações do Grupo os índices financeiros estabelecidos nas escrituras de debêntures não foram atingidos (covenants) por 2 (dois) trimestres, consecutivos ou alternados durante o exercício de 2020. Além disso, o Grupo não cumpriu com a obrigação de divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 nos prazos legais. Em 19 de novembro de 2020 foi renegociado os termos de suas debêntures conforme divulgado em atas de assembleia de debenturistas. Além do waiver pelo não cumprimento dos covenants, foram renegociadas as taxas de juros e prazos de vencimento conforme descrito abaixo:

	Antes		Depois	
	Taxa de juros	107,5% da taxa DI	CDI + 3,5%	CDI + 3,5%
2ª Emissão	Vencimento final	21/11/2020	21/11/2021	-
	Taxa de juros	108% da taxa DI	CDI + 3,5%	-
3ª Emissão	Vencimento final	13/03/2022	13/02/2022	-
	Taxa de juros	108,5% da taxa DI	Até 18/09/2021 CDI + 4% Após 18/09/2021 CDI + 6%	-
4ª Emissão (Série 1)	Vencimento final	18/04/2023	18/04/2023	-
	Taxa de juros	111,5% do CDI	Até 18/09/2021 CDI + 4,5% Após 18/09/2021 CDI + 6,5%	-
4ª Emissão (Série 2)	Vencimento final	22/04/2025	22/04/2025	-

No caso de aumento de capital até 28 de fevereiro de 2021, os recursos deveriam ser utilizados para liquidação da segunda emissão, que foi feita em 12 de fevereiro de 2021. Devido à ocorrência do evento de liquidez do segundo aditamento constante na escritura da 3ª emissão (CVCB13), terceiro aditamento constante na escritura da 4ª emissão (CVCB14 e CVCB24) e a escritura da 5ª emissão (CVCB15) de debêntures, a companhia amortizou integralmente a 3ª emissão e o montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor nominal unitário da 4ª e 5ª emissões, sendo que na última o valor foi acrescido de juros remuneratórios. Os pagamentos ocorreram no dia 03 de setembro de 2021. Serão considerados eventos de liquidez: emissão de valores mobiliários realizada no mercado de capitais local e/ou internacional, ou aumento de capital em montante mínimo correspondente a R\$ 800.000 até 30 de setembro de 2021. Até a data limite, a companhia captou R\$ 808.609 via aumento de capital. Caso o evento de liquidez não tivesse ocorrido até 30 de setembro de 2021, poderia ocorrer a conversão da 4ª Emissão em ações. Tendo em vista que o evento de liquidez ocorreu em 31 de agosto de 2021 (veja detalhes na nota explicativa 19.1), a 4ª Emissão não foi convertida em ações. Ocorrerá o vencimento antecipado, caso seja concretizado as seguintes hipóteses: (i) Caso não haja comprovação do pré-pagamento obrigatório no valor correspondente a 10% do saldo do valor atualizado das Debêntures até 30 de setembro de 2021, caso o Evento de Liquidez tenha se efetivado; (ii) Caso não divulgue as Demonstrações Financeiras completas no prazo a partir do primeiro trimestre de 2021; e (iii) Não sejam atingidos os índices financeiros abaixo por dois trimestres consecutivos ou alternados:

Exercício	Índice financeiro a ser observado	
	No 1º trimestre de 2021.	Índice financeiro a ser observado
No 2º trimestre de 2021.	-	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.575.000
Entre o 3º trimestre de 2021 e 3º trimestre de 2022.	-	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.800.000
À partir do 4º trimestre de 2022 até a Data de Vencimento	-	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e EBITDA (Lúcr antes dos juros, impostos, amortização e depreciação) deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

15 Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil: O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequentemente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato. O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado			
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total
<b>Direito de uso</b>								
Em 1 de janeiro de 2020	28.312	19.229	706	48.247	66.613	19.228	1.652	87.493
Adições de novos contratos	-	4.021	-	4.021	-	4.021	-	4.021
Reajuste de contrato	-	(2.710)	-	(2.710)	-	(2.710)	-	(1.951)
Amortização	(6.529)	(4.897)	(208)	(11.634)	(14.584)	(4.897)	(369)	(19.950)
Baixa	(15.487)	-	(498)	(15.985)	(30.334)	-	(1.283)	(31.617)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	4.076
Em 31 de dezembro de 2020	6.296	15.643	-	21.939	26.430	15.642	-	42.072
Adições de novos contratos	11.795	-	-	11.795	12.334	-	-	12.334
Reajuste de contrato	4.855	(7.169)	-	(2.314)	8.747	(7.169)	-	1.578
Amortização	(3.204)	(3.529)	-	(6.733)	(6.700)	(3.529)	-	(10.229)
Baixa	(5.852)	-	-	(5.852)	(10.587)	-	-	(10.587)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	(223)	-	-	(223)
Em 31 de dezembro de 2021	13.890	4.945	-	18.835	30.001	4.944	-	34.945

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora			
--	--------------	--	--	--



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos:** A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora					
	01/01/2020	Resultado do exercício	Reconhecido em ORA (a)	31/12/2020	Resultado do exercício	31/12/2021
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19.754	20.585	—	40.339	15.914	56.253
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	19.104	1.325	—	20.429	359	20.788
Ganhos e perdas com derivativos	(172)	9.618	(684)	8.762	(8.287)	475
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	10.736	25.627	—	36.363	6.347	42.710
Contratos de arrendamento	1.142	(605)	—	537	(292)	245
Impairment	11.619	(7.282)	—	4.337	(4.153)	184
Mais valia de ativos e passivo contingente	40.649	(18.833)	4.718	26.534	(30.740)	(4.206)
Prejuízos fiscais	43.139	185.523	—	228.662	113.351	342.013
Outras provisões	28.036	(16.507)	—	11.529	4.219	15.748
<b>Ativo/Passivo de imposto de renda diferido</b>	<b>174.007</b>	<b>199.451</b>	<b>4.034</b>	<b>377.492</b>	<b>96.718</b>	<b>474.210</b>
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	—	—	—	—	(40.590)	(40.590)
<b>Ativo/Passivo de imposto de renda diferido</b>	<b>174.007</b>	<b>199.451</b>	<b>4.034</b>	<b>377.492</b>	<b>56.128</b>	<b>433.620</b>

	Consolidado					
	01/01/2020	Resultado do exercício	Reconhecido em ORA (a)	31/12/2020	Resultado do exercício	31/12/2021
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27.529	28.425	—	55.951	15.320	71.271
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	25.437	396	—	25.833	(406)	25.427
Ganhos e perdas com derivativos	(172)	9.618	(684)	8.762	(8.155)	607
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	11.311	27.038	—	38.349	5.660	44.009
Contratos de arrendamento	1.642	(303)	—	1.945	(1.140)	805
Impairment	12.249	(7.162)	—	5.087	(4.901)	186
Mais valia de ativos e passivo contingente	123.715	57.047	7.618	188.380	(34.815)	2.982
Prejuízos fiscais	84.615	250.849	—	335.464	138.908	474.372
Outras provisões	44.730	(33.660)	—	11.070	6.182	17.252
<b>Ativo/Passivo de imposto de renda diferido</b>	<b>331.053</b>	<b>332.854</b>	<b>6.934</b>	<b>670.841</b>	<b>116.653</b>	<b>2.982</b>
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	(52.519)	(24.661)	—	(77.180)	(58.555)	(135.735)
<b>Ativo/Passivo de imposto de renda diferido</b>	<b>278.534</b>	<b>308.193</b>	<b>6.934</b>	<b>593.661</b>	<b>58.098</b>	<b>2.982</b>
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	334.629	—	—	596.207	—	654.741
	(56.095)	—	—	(2.546)	—	—

(a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior. (b) Refere-se à R\$ 124.475 de imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais e R\$ 10.219 sobre diferenças temporárias. O seu reconhecimento não ocorreu, devido à inexistência de lucros tributáveis futuros que suportaria sua realização.

**17.3 Compensação dos impostos diferidos:** A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2022	11.100	17.448
Ano Calendário 2023	27.361	32.730
Ano Calendário 2024	34.327	41.021
Ano Calendário 2025	36.973	46.231
Ano Calendário 2026	42.206	52.277
Ano Calendário 2027	45.006	55.962
Ano Calendário 2028	46.712	72.365
Ano Calendário 2029	48.289	62.575
Ano Calendário 2030	50.039	93.763
<b>Total prejuízo fiscal</b>	<b>342.013</b>	<b>474.372</b>
Diferenças temporárias	132.197	316.104
<b>Total tributos diferidos</b>	<b>474.210</b>	<b>790.476</b>

**18 Contas a pagar e contas a receber – Aquisição de controlada**

**18.1 Contas a pagar de aquisição de controlada:** O saldo de contas a pagar refere-se à aquisição da Submarino Viagens. O saldo a pagar está sendo corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. A movimentação do contas a pagar é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2020	65.060
Valores pagos no ano de 2020	(704)
Juros incorridos no ano 2020	1.797
<b>Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>66.153</b>
Circulante	4.076
Não circulante	62.077
<b>Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>66.153</b>
Valores pagos no ano de 2021	(471)
Juros incorridos no ano 2021	2.900
<b>Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>68.582</b>
Circulante	4.040
Não circulante	64.542

O saldo a pagar será liquidado da seguinte forma:

Ano	Controladora e Consolidado
31/12/2021	31/12/2020
2021	—
2022	4.040
2023	3.862
2024	3.692
2025 em diante (a)	56.988
<b>Total</b>	<b>68.582</b>

(a) A última parcela tem vencimento em 2025 mas com possibilidade de estender o contrato por mais 10 anos caso os valores não sejam totalmente pagos. **18.2 Contas a receber de aquisição de controlada** Conforme cláusulas contratuais firmadas entre a Controladora e o antigo controlador da Submarino Viagens (B2W Viagens), quaisquer eventuais contingências anteriores à data de aquisição são de responsabilidade deste último. Dessa forma, além do registro das contingências em questão na referida controlada, a Administração reconheceu saldo de contas a receber no mesmo montante de R\$ 2.136 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.842 em 31 de dezembro de 2020 e estão alocados na rubrica de outras contas a receber.

**19 Patrimônio líquido**

**19.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito é de R\$ 1.371.723 (R\$ 960.868 em 31 de dezembro de 2020), representado por 224.934.809 (172.828.579 em 31 de dezembro de 2020), ações ordinárias e sem valor nominal. As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se à: (a) Emissão de 28.348.679 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 3 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 363.902 decorrente de exercício de bônus de subscrição pelos seus acionistas. Os custos com emissão de ações foi R\$ 3.881, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital; e (b) Emissão de 23.757.551 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 31 de agosto de 2021, no valor de R\$ 454.244 decorrente de subscrição privada pelos seus acionistas, sendo registrado na rubrica de capital social o montante de R\$ 411.110, além da emissão de ações no valor de R\$ 413.144 e seus custos com emissão de rubrica foi R\$ 5.856 líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital. As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referem-se à: (a) emissão de 147.000 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas no exercício, no valor de R\$ 1.745 decorrente de exercícios dos planos de stock options e (b) emissão de 23.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas no exercício, no valor de R\$ 301.740 decorrente de subscrição privada, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de julho de 2020 e (c) gastos com emissão de ações no valor de R\$ 5.852, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social. **19.2 Opções de compra de ações** O Grupo concede remuneração na forma de pagamento com base em ações a seus principais executivos e administradores. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) a medida em que o serviço é prestado em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data de exercício. Adicionalmente, os beneficiários devem manter o vínculo empregatício, conforme definido pelo plano de pagamento baseado em ações da Companhia anterior ao exercício da opção outorgada e deve observar o exercício de lock-up de um ano após a data de aquisição. As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, as quais os direitos de exercício tenham sido adquiridos, deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia. **19.3 Planos de incentivo: PLANO ILP 2017:** Em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações da Companhia – CVC" ("ILP CVC"), destinado aos diretores atuais e futuros da Companhia, diretores de sociedades controladas e determinados empregados da Companhia ou das sociedades controladas (gerentes com alto potencial). Nos termos do ILP CVC, para fazer jus ao direito de receber ações restritas da Companhia, o participante, a seu exclusivo critério, deverá utilizar percentual de sua remuneração variável (PPR) para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário da B3. Tendo o participante utilizado sua remuneração variável para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário, o Conselho de Administração da Companhia conceder-lhe-á o direito de receber um número de ações restritas, sem nenhum custo ao participante, após transcorrido o exercício de lock-up, da seguinte forma: (a) caso o participante tenha utilizado até 50% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à mesma quantidade (100%) de ações adquiridas no mercado secundário; (b) caso o participante tenha utilizado mais que 50% e até 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à 125% do número de ações adquiridas no mercado secundário; e (c) caso o participante tenha utilizado mais que 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante um número de ações restritas que será correspondente a 150% do número de ações adquiridas no mercado secundário. Os participantes terão direito de receber as ações restritas e a Companhia terá a obrigação de transferir tais ações restritas somente após transcorrido o exercício de lock-up. Para fins do ILP CVC, o exercício de lock-up significa o exercício de três anos contado da data de aquisição das ações próprias pelo participante, devidamente demonstrado à Companhia pelo comprovante de aquisição das ações no mercado secundário, durante o qual o parti-

cipante não poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia quaisquer tais ações adquiridas no mercado secundário, sob pena de, ao final de tal exercício, a Companhia não transferir ao participante as ações restritas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram alterações em determinados termos e condições do Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações ("ILP CVC"). O ILP CVC, com as alterações ora propostas ("Novo ILP CVC"), preserva as suas características, inclusive com relação a seus objetivos e regras de administração. As principais alterações propostas no Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo estão sumarizadas abaixo: (i) Ampliação do rol de pessoas elegíveis ao plano, que passa a contemplar também os diretores, estatutários ou empregados, de sociedades subsidiárias ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia, em até 100%, de acordo com a performance; (ii) ampliação do limite de empregados (gerentes de alto potencial) da Companhia, de subsidiárias ou sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, que são elegíveis para participar do plano de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) do total do quadro de gerentes; (iii) alteração de limite máximo de diluição de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao ano em exercício de 10 (dez) anos, totalizando 3% (três por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, para diluição máxima de 3% (três por cento) acumulada no exercício de até 6 (seis) anos; (iv) inclusão de exercício de restrição de 12 (doze) meses após a aquisição como condição para a elegibilidade "Pessoas Elegíveis" provenientes de sociedades integral ou parcialmente adquiridas pela Companhia; (v) criação de plano de entrega de ações restritas sem matching, limitado a 20% da diluição prevista no programa com matching. **Plano de Incentivo CEO 2020:** Em Assembleia Geral Extraordinária em 24 de março de 2020 foi aprovado um novo Plano de Incentivo Baseado em Ações CEO 2020 ("ILP CEO 2020") destinado ao novo Diretor Presidente da Companhia. Nos termos do ILP CEO 2020, o exercício elegível terá direito, observadas determinadas condições descritas no Plano de receber ações restritas da Companhia de forma não onerosa. O Plano de Incentivo CEO 2020, que segue o modelo de ações restritas, prevê a entrega gradual de ações de emissão da Companhia ao beneficiário, condicionada a sua permanência na Companhia, seguindo cronograma indicado no documento, que estabelece: (i) a entrega de 1/3 das ações em até 30 dias da assinatura do respectivo contrato de concessão; (ii) a entrega de 1/3 das ações em até 1 ano da assinatura do contrato; e (iii) a entrega de 1/3 das ações em até 2 anos da assinatura do contrato. **PLANO ILP 2020:** Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, dentre outras matérias, aprovou a proposta do ILP 2020, que tem por objetivo recompensar os participantes que contribuíram para o melhor desempenho da Companhia e valorização das ações, especialmente considerando o atual momento desafiador da economia no qual a Companhia ocupa papel de destaque para a retomada do setor de turismo. O ILP 2020 não cancela ou altera qualquer dos demais planos de opção ou remuneração baseados em ações atualmente em vigor do Grupo. O ILP 2020 busca, assim, (i) alinhar os interesses dos acionistas do Grupo aos dos participantes no êxito e na consecução dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas; e (ii) possibilitar à Companhia e às Controladas atrair e manter a ela vinculados os participantes. Poderão ser indicados para participar do ILP 2020 os empregados e administradores considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas indicados pelo Conselho de Administração, independentemente de sua data de admissão como empregado ou posse em cargo na administração do Grupo, a Potenciais beneficiários: Serão beneficiários os empregados e administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas e que sejam indicados pelo Conselho de Administração ("participantes"). b. Número máximo de ações abrangidas pelo plano: O número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP 2020 é de 8.000.000 (oito milhões) ações de emissão da Companhia ("ações referênciadas"). O número total de ações que será entregue aos participantes dependerá do cálculo realizado nos termos do ILP 2020. c. Condições de aquisição: A outorga de ações referênciadas aos participantes no âmbito do ILP 2020 será gratuita e estará sujeita e dependerá do cumprimento e/ou verificação, conforme o caso, dos termos e condições previstas no ILP 2020 e nos contratos que forem celebrados com os participantes ("contrato"). Cada contrato contemplará uma quantidade de ações referênciadas em relação às quais os respectivos participantes terão calculada a sua remuneração em ações ("remuneração em ações"). A quantidade de ações a ser entregue a cada participante como remuneração em ações será calculada da seguinte forma:

$$\text{Quantidade de Ações} = \frac{[(A - B) \cdot C] \cdot D}{A}$$

Onde, (A) corresponde ao preço atualizado (o valor de cada ação de emissão da Companhia calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento nos 30 (trinta) últimos pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3, contados retroativamente da data da entrega ou de cada data de antecipação); (B) corresponde ao preço inicial (calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 11 de novembro de 2020); (C) corresponde ao número de ações referênciadas outorgadas ao participante; e (D) corresponde ao valor do imposto de renda retido na fonte e/ou quaisquer outros tributos sobre a remuneração em ações que sejam devidos pelos participantes. O pagamento da remuneração em ações será obrigatoriamente e parcialmente antecipado aos participantes nas datas ("data de antecipação") e nos percentuais abaixo indicados, desde que na data em questão o preço atualizado seja superior ao preço de referência (preço inicial acrescido em 10%):

Data de Antecipação	Percentual da Remuneração em Ações Possível de Antecipação
31.03.2021	10%
31.03.2022	10%
31.03.2023	20%
31.03.2024	25%

**PLANO ILP TALENTOS:** Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de setembro de 2021, foi aprovado o novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações para colaboradores da Companhia nos níveis de Diretor, Gerente Executivo, Gerente, Coordenador e Especialista recomendados pelo comitê gestor e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia ("ILP Talentos"). O ILP Talentos estabelece os termos e condições para a concessão anual aos Participantes, pela Companhia, de Unidades que poderão, ao fim do prazo de carência e observados os termos nele dispostos, resultar na outorga de Ações Restritas aos Participantes. Ele é dividido em quatro Programas, os quais serão emitidos anualmente por determinação do Conselho de Administração, observado o seguinte disposto: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Unidades objeto do respectivo Programa; e (iii) a faixa de número de salários mensais por nível de cargo a ser considerada para o múltiplo de salários mensais dos Participantes. Para cada Programa, a elegibilidade de cada Participante estará sujeita a avaliação e ratificação pelo Comitê Gestor, a qual levará em consideração a performance individual de cada Participante na Companhia, e posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão ser concedidas Ações Restritas no âmbito deste Plano até o máximo de 1,8% (um vírgula oito por cento) do total de Ações do capital social da Companhia na data de aprovação do ILP Talentos. A quantidade de Ações Restritas outorgadas aos Participantes deverá ser ajustada para mais ou para menos com vistas a restabelecer o valor originalmente outorgado em razão de desdobramento, agrupamento ou bonificação de ações. A fim de honrar o pagamento da Remuneração em Ações devida aos Participantes, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente equivalente à Remuneração em Ações, calculada na forma do ILP Talentos, do Programa e de cada Contrato. Observados os termos previstos no ILP Talentos e nos Programas, o Participante receberá, a título gratuito, uma quantidade de Unidades correspondente ao quociente da divisão de determinado múltiplo de salários mensais do Participante pela Cotação de Mercado da Ação. Para fins de clareza, a determinação da quantidade de Unidades a serem concedidas será calculada da seguinte forma:

$$\text{Número de Unidades} = \frac{\text{MSM} \cdot \text{CMA}}{\text{CMA}}$$

Onde, "MSM" = Múltiplo de salários mensais do Participante; e "CMA" = Cotação de Mercado da Ação. As Unidades concedidas a cada Programa terão o prazo de carência de 3 (três) anos contados a partir da Data de Concessão de cada Programa, o qual será segmentado em 3 (três) parcelas, conforme cronograma previsto na Proposta da Administração anexa à ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o ILP Talentos, para serem diretos ao recebimento de Ações Restritas. O ILP Talentos substitui o Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017 ("Plano ILP 2017"), sendo certo que os contratos de concessão de ações restritas e outras avenças celebrados no âmbito do Plano ILP 2017 manter-se-ão com relação aos respectivos participantes até sua liquidação integral nos termos ali previstos. As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) estão detalhadas abaixo:

	(Em milhares de opções)					(Em milhares de ações)						
	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP Talentos
<b>01 de janeiro de 2020</b>												
Tranche 2.1 a 2.3	64	141	4.3	515	313	248	245	313	—	—	—	—
Outorgadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Exercidas	—	(35)	(182)	—	(50)	(157)	(84)	(43)	—	600	—	—
Canceladas	—	—	—	—	(134)	(91)	(91)	(134)	—	—	—	—
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>64</b>	<b>106</b>	<b>333</b>	<b>319</b>	<b>180</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>180</b>	<b>—</b>	<b>400</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Outorgadas	—	—	—	—	—	—	—	—	303	300	8.450	351
Exercidas em 2021	—	—	—	—	—	(67)	(43)	(1)	(400)	—	(775)	—
Canceladas em 2021	—	—	(207)	—	—	(3)	(25)	(12)	—	—	(1.498)	—
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>64</b>	<b>106</b>	<b>126</b>	<b>319</b>	<b>112</b>	<b>290</b>	<b>—</b>	<b>300</b>	<b>—</b>	<b>6.177</b>	<b>—</b>	<b>351</b>

A despeito do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 18.743 alocado em despesas gerais e administrativas, líquido de encargos sociais (R\$ 7.226 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

Detalhes	Plano 2		Plano 4		Plano 5		Plano 6		ILP CVC	
	Tranche 2.1	Tranche 4.1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	ILP CEO 2020
Data de início (primeira outorga)	10/11/2013	10/11/2011	31/08/2014	09/12/2015	28/04/2017	16/05/2017	21/05/2021	07/07/2021	05/02/2021	01/10/2021
Quantidade de opções – TBO (milhares)	64	106	126	319	—	112	290	300	6.177	351
Valor de exercício – R\$	R\$22,46	R\$11,82	R\$14,81	R\$12,87	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	44,35%	30,58%	33,75%	38,33%	36,22%	36,22%	36,22%	N/A	56,55%	N/A
Prazo maturidade estimado	5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos	5 anos	6 anos
Valor justo médio na data da outorga	R\$ 14,44	R\$ 7,07	R\$ 9,19	R\$ 7,51	R\$ 51,00	R\$ 53,57	R\$ 23,57	R\$ 9,40	R\$ 7,29	R\$ 22,95

**19.4 Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucros é zero. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das contas de reserva de lucros, descritas abaixo, foram integralmente utilizadas para absorção do prejuízo do exercício. **19.4.1 Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de Reserva legal foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício. **19.4.2 Reserva de retenção de lucros** Parcela ou totalidade do lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no estatuto social da Companhia, podem ser retidos com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma prevista no Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de reserva de retenção de lucros foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício. **19.4.3 Reserva de capital de giro:**



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Doméstico	467.598	256.729	622.469	337.055
Internacional	93.852	95.196	259.052	222.365
Cruzeiro marítimos	(240)	21.397	7.548	42.001
<b>Receita bruta de serviços ("agente")</b>	<b>561.210</b>	<b>373.322</b>	<b>889.069</b>	<b>601.421</b>
Fretamentos	-	75.384	-	75.384
<b>Receita bruta de serviços ("principal")</b>	<b>561.210</b>	<b>448.706</b>	<b>889.069</b>	<b>676.805</b>
Impostos sobre venda	(37.660)	(31.446)	(63.203)	(51.966)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>523.550</b>	<b>417.260</b>	<b>825.866</b>	<b>624.839</b>

**23 Custos e despesas operacionais**

**Política contábil:** Custos operacionais: O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento de navio quando atua como principal nas vendas desses pacotes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o grupo não efetuou vendas com essa classificação. **Despesas operacionais:** O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas. Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>23.1 Custos operacionais</b>				
Custo casco navio	-	(62.249)	-	(62.249)
Taxas portuárias	-	(15.310)	-	(15.310)
Taxa de serviços	-	(11.185)	-	(11.185)
Outros	-	(18.718)	-	(18.718)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(107.462)</b>	<b>-</b>	<b>(107.462)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>23.2 Despesas operacionais</b>				
Pessoal	(338.385)	(228.393)	(544.778)	(525.748)
Serviços de terceiros (a)	(123.704)	(140.363)	(292.355)	(302.754)
Taxa de cartão de crédito	(39.293)	(33.740)	(50.380)	(44.304)
Depreciação e amortização	(71.109)	(89.320)	(208.588)	(212.643)
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	(2.791)	(60.716)	1.835	(91.632)
Baixas por impairment	-	(21.591)	-	(637.504)
Outros (b)	(137.963)	(152.740)	(175.242)	(108.027)
<b>Total</b>	<b>(713.245)</b>	<b>(726.863)</b>	<b>(1.269.508)</b>	<b>(1.920.612)</b>

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros. (b) Outras despesas gerais e administrativas incluem: i. Inclui receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, reversões de erros fora do exercício de mensuração de combinação de negócios, entre outras receitas pulverizadas; ii. Inclui perdas operacionais por gastos não associados a reservas embarcadas; iii. Custos com remarcações junto a Companhias aéreas, comissões com terceiros não recuperadas em função de remarcações e viagens canceladas no montante total de R\$ 52.847 em 31 de dezembro de 2021. Esses custos não existiam no curso normal de suas operações, dessa forma tais custos estão sendo gerados exclusivamente em função da Pandemia de Covid-19. Após um ano de pandemia e com base na prorrogação da Lei 14.174/2021 que alterou a Lei 14.034/20, ocorreram novas remarcações, e acertos financeiros com Companhias aéreas e outros fornecedores incorrendo em gastos adicionais no exercício; e iv. Perdas nas operações mantidas com a Itapemirim Transportes aéreos (Ita), no montante de R\$ 28.900, e Avianca Brasil relativas a, reembolso com passageiros referente a vendas canceladas, gastos extras com recomodações realizadas em outras companhias aéreas, baixa de ativos em aberto e contingências civis de processos de danos morais e materiais. Em 02 de outubro de 2021, a Companhia foi vítima de um ataque cibernético, o qual foi rapidamente detectado pelo seu monitoramento contínuo de tecnologia. Os custos incorridos totalizaram R\$52,5 milhões para restabelecimento de suas operações, atuando com seu time de tecnologia e demais equipes de apoio, inclusive consultores renomados em segurança da informação, para a descriptação de seus servidores, o que resultou na exitosa restauração dos seus ambientes e sistemas.

**26 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora						
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	31/12/2021
Empréstimos - Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-
Debêntures - Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	4.076	-	-	-	-	-	(36)
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	62.077	-	(471)	2.900	-	-	36
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	40.226	-	-	-	-	-	(23.036)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulante	47.398	(38.691)	(1.349)	2.159	-	-	23.036
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.059	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-
Passivo de arrendamento	25.465	(7.364)	(1.343)	1.343	-	2.529	-
<b>Total</b>	<b>1.711.665</b>	<b>(1.039.985)</b>	<b>(83.562)</b>	<b>101.967</b>	<b>436.405</b>	<b>2.529</b>	<b>1.129.019</b>

	Consolidado						
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	31/12/2021
Empréstimos - Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-
Debêntures - Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	4.076	-	-	-	-	-	(36)
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	62.077	(5)	(471)	2.900	-	5	36
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	40.226	-	-	-	-	10.304	(23.036)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulante	48.588	(38.691)	(1.349)	2.229	(1.260)	-	23.036
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.059	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-
Passivo de arrendamento	51.103	(10.929)	(5.847)	5.847	-	366	-
<b>Total</b>	<b>1.738.494</b>	<b>(1.043.555)</b>	<b>(88.066)</b>	<b>106.541</b>	<b>436.405</b>	<b>9.415</b>	<b>1.159.234</b>

	Controladora						
	01/01/2020	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	31/12/2020
Empréstimos - Circulante	311.744	(466.335)	(11.911)	113.916	478.210	-	(425.624)
Empréstimos - Não circulante	-	-	-	-	-	-	425.624
Debêntures - Circulante	612.506	(433.727)	(54.185)	51.833	-	-	177.127
Debêntures - Não circulante	906.314	-	-	-	-	-	(177.127)
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	3.254	-	-	-	-	-	822
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	61.806	-	(704)	1.797	-	-	(822)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	77.272	-	-	-	-	-	(37.046)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulantes	58.815	(44.850)	(4.374)	761	-	-	37.046
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	505	114.014	(5.193)	(85.268)	-	-	-
Passivo de arrendamento	51.914	(11.394)	(3.893)	3.893	-	(15.054)	-
<b>Total</b>	<b>2.084.130</b>	<b>(842.292)</b>	<b>(80.260)</b>	<b>86.931</b>	<b>478.210</b>	<b>(15.054)</b>	<b>1.711.665</b>

	Consolidado						
	01/01/2020	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	31/12/2020
Empréstimos - Circulante	312.529	(467.200)	(11.946)	113.811	478.210	220	(425.624)
Empréstimos - Não circulante	-	-	-	-	-	-	425.624
Debêntures - Circulante	612.506	(433.727)	(54.185)	51.833	-	-	177.127
Debêntures - Não circulante	906.314	-	-	-	-	-	(177.127)
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	3.254	-	-	-	-	-	822
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	61.806	-	(704)	1.797	-	-	(822)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Circulante	86.332	-	(9.060)	-	-	-	(37.046)
Contas a pagar aquisição de investidas - Partes relacionadas - Não circulantes	126.954	(44.850)	(4.374)	760	-	(66.948)	37.046
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	505	114.014	(5.192)	(85.268)	-	-	-
Passivo de arrendamento	93.366	(17.644)	(11.461)	11.464	-	(24.622)	-
<b>Total</b>	<b>2.203.566</b>	<b>(858.467)</b>	<b>(87.862)</b>	<b>94.397</b>	<b>478.210</b>	<b>(91.350)</b>	<b>1.738.494</b>

**Parecer do Conselho Fiscal**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CVC BRASIL OPERADORA e AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. ("Companhia"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditor Independente"), emitido sem ressalvas, bem como nas

informações e esclarecimentos prestados pelos auditores independentes e pela administração no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Santo André, 15 de março de 2022.

Sergio Citeroni  
Presidente

Evelyn Veloso Trindade  
Membro do Conselho

Leonardo Guimarães Pinto  
Membro do Conselho

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Diretores e Conselho de Administração da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. - São Paulo-SP  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).  
**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, foram usados a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento da receita:** As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reco-

nhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 22. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima podem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como a relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluem, entre outros: Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas; Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos; Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados; Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes; Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito; e Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas receitas cuja a obrigação de desempenho havia sido atendida e o reconhecimento da receita não havia ocorrido, tendo sido o referido ajuste registrado pela diretoria da Companhia. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Avaliação de redução do valor recuperável do ativo:** Conforme descrito na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ativos por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 146.913 mil na controladora e R\$ 381.834 mil no consolidado. O valor recuperável do ativo é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação é a necessidade ou não de registro de provisão para perda do valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ativo, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria,

incluam dentre outros: Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução do valor recuperável do ativo registrado; Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; Teste matemático das projeções de resultados; Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ativo por rentabilidade futura. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução do valor recuperável do ativo registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$433.620 mil na controladora e R\$654.741 mil no consolidado. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria, incluíam dentre outros: Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos; Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia e suas controladas, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos; Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; Teste matemático das projeções de resultados; Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável; Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e manter-se em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não

continua ...



CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Subsidiárias  
CNPJ 10.760.260/0001-19

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 e nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, em decorrência dos impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia. Em razão do alto grau de julgamento relacionados a premissas base dessa avaliação, especificamente associadas à determinação das projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: • Obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas a capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data do balanço; • Avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos; • Leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes; • Avaliação dos acordos sobre prorrogações e alongamentos dos vencimentos das debêntures do ano de 2021; • Avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1 e nº 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o pressuposto de continuidade operacional, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022.



**Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP 034.519/O-6

**Anderson Pascoal Constantino**  
Contador CRC 1SP 190.451/O-5

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 em 16/03/2022 17:18  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link  
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:164737548161838b97f23a47139215a6f889055305